

Influenza aviária de alta patogenicidade: um alerta global para a saúde animal, humana e do meio ambiente

José Henrique de Oliveira¹, Carolina Damo Bolsanello², Daniel Remor Moritz³ e Cláudia Scotti Ducioni Matos⁴

A influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) é uma doença contagiosa de distribuição global. Muitas vezes referida como gripe aviária, a IAAP representa uma ameaça significativa para a saúde animal e humana, podendo causar um desequilíbrio ambiental sem precedentes. Embora seja mais comumente associada a surtos em aves, sua capacidade de infectar humanos e outros mamíferos levanta preocupações adicionais, especialmente em relação à saúde pública e à segurança alimentar.

Historicamente, a IAAP tem sido responsável por surtos devastadores em aves comerciais em todo o mundo, resultando em enormes perdas econômicas para a indústria avícola. Os casos recentes em diferentes continentes destacam a necessidade urgente de vigilância e medidas eficazes de controle.

O Brasil é o maior exportador e segundo maior produtor de aves e produtos avícolas. Santa Catarina está em segundo lugar no ranking nacional de produção de aves e seus produtos. Diante da importância econômica e social desta atividade, a introdução de novas doenças em nossos rebanhos pode causar um enorme impacto para toda a cadeia produtiva avícola nacional.

Um dos maiores desafios associados à influenza aviária (IA) é sua capacidade de mutação rápida e adaptabilidade a diferentes espécies hospedeiras. Essa variabilidade genética torna difícil prever e controlar sua disseminação. Especial atenção deve ser dada às aves

silvestres migratórias, principalmente as aquáticas, reservatórios naturais da gripe aviária, uma vez que elas carregam e trocam diferentes cepas virais ao longo de suas rotas de migração, dificultando assim o seu controle.

A transmissão da IAAP ocorre pelo ar, água, alimentos, materiais contaminados e através do contato com animais doentes. Os principais sinais clínicos nas aves são a alta mortalidade, dificuldade respiratória, edema e cianose de crista e barbeta, corrimento nasal e ocular, diarreia, torcicolo, dificuldade locomotora, depressão, falta de apetite, queda na produção de ovos e diminuição do consumo de ração e água.

A legislação brasileira trata a IA como doença de notificação obrigatória imediata, ou seja, qualquer cidadão que souber de um caso suspeito, conforme os sinais clínicos descritos, deve informar imediatamente a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) mais próxima.

Em maio de 2023, o Brasil registrou os primeiros focos de IA no estado do Espírito Santo, todos em aves silvestres: Atobá-pardo (*Sula leucogaster*), no município de Cariacica, e Trinta-réis-de-bando (*Thalasseus acufavidus*), nos municípios de Maratáizes e Vitória. Nas semanas e meses seguintes, outros focos em aves silvestres foram confirmados no ES, RJ, BA, PR e RS.

Santa Catarina teve o primeiro registro de IA em uma ave silvestre da espécie Trinta-réis-real (*Thalasseus*

maximus) (Figura 1), em junho de 2023, no município de São Francisco do Sul. Ao longo dos meses do referido ano, o Estado registrou 21 casos, sendo 19 em aves de vida livre, 1 em mamífero marinho (leão-marinho-da-patagônia [*Otaria flavescens*]) e 1 em aves domésticas de fundo de quintal. A última ocorrência no Estado foi em dezembro de 2023, porém no Brasil houve 12 ocorrências em 2024, a última em abril.

O foco em aves de fundo de quintal em Santa Catarina aconteceu em uma propriedade rural do município de Maracajá, localizado no sul do Estado. O acontecimento mobilizou os governos federal (Mapa - Ministério da Agricultura e Pecuária) e estadual que, através da Cidasc, foi responsável pela execução das ações de saneamento do foco e vigilância do entorno. Ao longo de 10 dias, com o apoio dos setores privado e produtivo, foram realizadas ações de vigilância em 1.516 propriedades rurais no raio de 10km do foco e não foram detectados novos focos da doença, considerando encerrados os trabalhos deste caso de Maracajá.

É notório o papel das aves silvestres migratórias na dinâmica de disseminação da IA, sendo, portanto, dever de todos manter a vigilância e as barreiras de biossegurança em todas as propriedades catarinenses, sejam elas de subsistência ou avicultura comercial, no setor público ou privado. Ações de biossegurança no dia a dia, como manter as aves em local cercado,

¹Médico-veterinário, Cidasc/Departamento Regional de Criciúma, Rua General Lauro Sodré, 200, Criciúma, SC, e-mail: jose_oliveira@cidasc.sc.gov.br

²Médica-veterinária, Esp. Cidasc/Escritório Central, Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis, SC, e-mail: cdamo@cidasc.sc.gov.br

³Eng.-agr., M.Sc., Cidasc/Departamento Regional de Criciúma, Rua General Lauro Sodré, 200, Criciúma, SC, e-mail: daniel@cidasc.sc.gov.br

⁴Médica-veterinária, Esp. Cidasc/Escritório Central, Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis, SC, e-mail: csdmatos@cidasc.sc.gov.br



Figura 1. Trinta-reis-real e Trinta-reis-de-bando em praia do litoral catarinense
Foto: Marzia Antonelli

sem acesso a aves de vida livre, granjas comerciais com *checklists* de biossegurança aprovados e a notificação imediata à Cidasc de casos suspeitos são alguns exemplos.

Além dos aspectos de saúde, há impactos econômicos e sociais nos surtos de IAAP. Regiões dependentes da

avicultura muitas vezes sofrem perdas significativas quando ocorrem focos da doença, pois a sua disseminação pode ter efeitos duradouros sobre a segurança alimentar e o sustento das pessoas.

Em última análise, a IAAP representa uma ameaça global que requer uma

abordagem integrada, multidisciplinar e coordenada. A colaboração entre governos, iniciativa privada, profissionais de saúde e da área ambiental, veterinários e a sociedade civil é essencial para mitigar seus impactos e proteger a saúde e o bem-estar de todas as espécies.

⁶ Expressão utilizada pelo poeta Sérgio Napp no poema musicado por Mário Barbará Dornelles.